



Reunidas Transportes S.A.

CNPJ 04.176.082/0001-80

Caçador - SC

**Demonstrações financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2024**



Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



REUNIDAS TRANSPORTES S.A.

CNPJ 04.176.082/0001-80

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

A Diretoria da REUNIDAS TRANSPORTES S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta a seguir, as respectivas demonstrações financeiras e patrimoniais, parecer dos Auditores Independentes, do exercício de 2024, objetivando divulgar o desempenho da companhia para a sociedade, parceiros, investidores e usuários.

Considerações Finais

As empresas Reunidas S.A. Transportes Coletivos, Real Transporte e Turismo S.A. e Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A., cumpriram todas as obrigações previstas no plano de recuperação judicial, sendo que o Poder Judiciário de Santa Catarina, através do Juízo da Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca de Concordia, no dia 27/09/2023 proferiu sentença judicial decretando o encerramento do processo de Recuperação Judicial das citadas empresas, tendo sido certificado o transito em julgado da referida decisão no dia 13/11/2023.

Ainda, existem processo de habilitação de crédito em tramite, os quais deverão ser honrados tão logo tenham decisões judiciais transitadas em julgado, não sendo possível mensurar o valor a ser desembolsado.

Caçador, 14 de Abril de 2025.

Vinicius Marins
Diretor Presidente

Marcelo Chiarello
Diretor Vice-Presidente

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Reunidas Transportes S.A.
Caçador - SC

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Reunidas Transportes S.A.** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado na seção “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Reunidas Transportes S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

Recuperabilidade de Ativos

Em 31 de dezembro de 2024, conforme mencionado na nota explicativa “11”, a Companhia possui o crédito de R\$ 25.502 Mil, relativo ao adiantamento concedido à companhia do Grupo Real Transporte e Turismo S.A.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza Relevante

Sem ressaltar nossa opinião, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2024, Passivo circulante e não circulante no montante de R\$ 231.395 Mil em contraposição ao ativo circulante e realizável a longo prazo no montante de R\$ 46.859 Mil, gerando passivos superiores em R\$ 184.536 Mil, bem como apresenta Passivo a Descoberto (Patrimônio Líquido Negativo) no valor de R\$ (8.441 Mil) sendo necessário para continuidade normal das suas operações, a equalização da situação patrimonial e financeira. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1 S/SC
GEORGE ANGNES
Contador CRC-PR nº 042.667/O-1 S/SC



Reunidas Transportes S.A.

Caçador - SC

Balanço patrimonial

Ativo

		Em milhares de reais	
		31 de	31 de
		Dezembro	Dezembro
		de 2024	de 2023
	Nota		
Circulante		17.899	20.328
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.197	3.311
Contas a receber de clientes	6	5.416	4.898
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	7	3.052	4.616
Tributos a recuperar	8	2.231	2.882
Estoques	9	3.575	4.160
Outros direitos realizáveis		428	461
Não circulante		205.055	201.692
Direitos realizáveis		28.960	39.064
Cauções e depósitos	10	3.458	2.561
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	11	25.502	36.503
Investimentos	11	71.218	77.631
Imobilizado	12	104.877	84.997
Total do ativo		222.954	222.020

Passivo e patrimônio líquido/(Passivo a descoberto)

		Em milhares de reais	
		31 de	31 de
		Dezembro	Dezembro
		de 2024	de 2023
	Nota		
Circulante		86.329	67.890
Fornecedores	13	11.818	11.474
Instituições financeiras	14	9.861	6.664
Obrigações sociais e trabalhistas	15	4.415	3.655
Obrigações fiscais e tributárias	16	5.305	6.310
Férias e encargos a pagar		2.068	2.077
Parcelamentos de tributos	17	17.827	16.300
Adiantamentos de clientes		230	74
Valores arrecadados de terceiros	18	239	683
Obrigações com arrendamentos		25.220	16.812
Outras obrigações		9.346	3.841
Não circulante		145.066	148.277
Instituições financeiras	14	10.919	8.960
Parcelamentos de tributos	17	27.130	21.930
Valores arrecadados de terceiros	18	449	908
Partes relacionadas	19	76.885	83.638
Provisões p/ contingências	20	4.012	3.159
IR e CS passivo diferidos	21	25.671	29.682
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto)	22	(8.441)	5.853
Capital social		50.500	50.500
Prejuízos acumulados		(59.428)	(45.167)
Ajustes de avaliação patrimonial		487	520
Total do passivo e do patrimônio líquido/(Passivo a descoberto)		222.954	222.020

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Reunidas Transportes S.A.

Caçador - SC

Demonstração do resultado

		Em milhares de reais		
		Períodos		
		01/jan./24	01/jan./23	
		a	a	
Nota		31/dez./24	31/dez./23	
	Receita operacional líquida	23	100.880	78.480
	Custos		(86.679)	(84.978)
	Resultado bruto		14.201	(6.498)
	(Despesas)/receitas operacionais		(22.239)	(212)
	Despesas gerais e administrativas		(7.532)	(8.365)
	Despesas c/ vendas		(9.756)	(8.652)
	Outros ganhos/(perdas) líquidos	24	(4.951)	16.805
	Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(8.038)	(6.710)
	Receitas financeiras	25	89	5.726
	Despesas financeiras	25	(10.356)	(10.898)
	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(18.305)	(11.882)
	IR e CS diferidos		4.011	17.258
	Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		(14.294)	5.376

Demonstração do resultado abrangente

		Em milhares de reais	
		Períodos	
		01/jan./24	01/jan./23
		a	a
		31/dez./24	31/dez./23
	Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(14.294)	5.376
	Movimentação do exercício	0	0
	Resultado abrangente do exercício	(14.294)	5.376



Reunidas Transportes S.A.

Caçador - SC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido / (Passivo a descoberto)

Em milhares de reais

Eventos	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Totais
		Reserva legal			
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2023	50.500	3.611	520	(54.154)	477
Lucro líquido do exercício				5.376	5.376
Destinações propostas no exercício: - Constituição/(reversão) de reservas		269		(269)	0
Saldos em 31 de dezembro de 2023	50.500	3.880	520	(49.047)	5.853
Realização do custo atribuído imobilizado			(33)	33	0
Prejuízo do exercício				(14.294)	(14.294)
Destinações propostas no exercício: - Constituição/(reversão) de reservas		(3.880)		3.880	0
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	50.500	0	487	(59.428)	(8.441)



Reunidas Transportes S.A.
Caçador - SC
Demonstração dos fluxos de caixa
(Método Indireto)

	Em milhares de reais	
	Períodos	
	01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./23 a 31/dez./23
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do IR e da CS	(18.305)	(11.882)
Ajustado por:		
Alienação do imobilizado	348	5.300
Ajustes ao valor justo - Propriedades para investimentos	(3.663)	(6.916)
Alienações - Propriedades para investimentos	17.584	0
Depreciação e amortização	8.303	9.017
Provisões para contingências	853	834
Férias e encargos a pagar	(9)	334
Atualizações de direitos/obrigações	6.059	7.735
Resultado ajustado	11.170	4.422
(Aumento)/redução dos ativos:		
Contas a receber de clientes	(518)	(355)
Tributos a recuperar	651	(2.128)
Estoques	585	(142)
Outros direitos realizáveis	33	29
Aumento/(redução) dos passivos:		
Fornecedores	344	4.777
Obrigações sociais e trabalhistas	760	(11.410)
Parcelamentos tributários	2.115	20.711
Obrigações fiscais e tributárias	(1.388)	(9.130)
Outras obrigações	13.913	(14.037)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	27.665	(7.263)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(28.531)	(18.955)
Aplicações em investimentos	(7.508)	0
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	1.564	(3.254)
Adiantamento para futuro aumento de capital (ativo)	11.001	0
Cauções e depósitos	(897)	(947)
Caixa líquido aplicado/(proveniente) das atividades de investimento	(24.371)	(23.156)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Instituições financeiras - Pagamentos	(6.391)	(4.016)
Instituições financeiras - Captações	10.483	9.121
Adiantamentos de clientes	156	(74)
Valores arrecadados de terceiros	(903)	(1.122)
Partes relacionadas - Passivo	(6.753)	26.664
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(3.408)	30.573
Aumento líquido/(diminuição) de caixa de equivalentes de caixa	(114)	154
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.311	3.157
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.197	3.311

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Reunidas Transportes S.A.

CNPJ 04.176.082/0001-80

Caçador - SC

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores em milhares de reais)

Nota 1. Informações gerais

A Companhia iniciou suas atividades em 26 de outubro de 2.000 e tem por objeto: (a) Agências de viagens; (b) Operadores Turísticos; (c) Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificado anteriormente; (d) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual; (e) Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (f) Transporte rodoviário de produtos perigosos; e (g) Transporte rodoviário de mudanças, com o mesmo ou outro objeto social, na qualidade de sócia quotista ou acionista.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 14 de abril de 2025, as quais consideram os eventos subseqüente ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Recuperação Judicial das demais empresas do Grupo Reunidas

Em 02 de maio de 2016, as companhias controladoras **Reunidas S.A. Transportes Coletivos** e **Reunidas Transportadora de Cargas S.A.**, e a companhia do mesmo grupo econômico **Real Transporte e Turismo S.A.**, ajuizaram o pedido de recuperação judicial nos termos da Lei nº 11.101/05.

O pedido de recuperação judicial decorre do aprofundamento da crise nacional com impacto direto na operação de transporte terrestre de passageiros e cargas, bem como do agravamento do endividamento do Grupo Reunidas.

A medida objetiva a recuperação das companhias através da reestruturação do seu passivo financeiro, a fim de viabilizar a superação de sua crise econômico-financeira, com a consequente preservação do negócio, dos empregos a ele associados, devolvendo a sociedade e aos seus credores, através de sua continuidade, os benefícios obtidos com a eventual aprovação do plano.

Em 09 de maio de 2016 foi proferida decisão deferindo, nos termos da Lei nº 11.101/15, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela companhia, nomeando, como administrador judicial, o Sr. Luiz W. Jung da Moore Stephen Auditores e Consultores.

O plano de recuperação judicial foi apresentado na Assembleia realizada em 05 de dezembro de 2017, o qual foi aprovado pelos credores nessa data, e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.



Encerramento Recuperação Judicial

Em 27 de setembro de 2023, foi decretado o encerramento da recuperação judicial das companhias controladoras **Reunidas S.A. Transportes Coletivos** e **Reunidas Transportadora de Cargas S.A.**, também foi decretado encerramento da Recuperação Judicial da Companhia **Real Transporte e Turismo S.A.** do mesmo grupo econômico, nos termos do artigo 63, da Lei nº 11.101/05.

Reestruturação

As Companhias do Grupo Reunidas vêm desenvolvendo uma série de ações com o intuito de viabilizar a operação, dentre as quais merecem destaque:

- Profissionalização das companhias com a entrada de novos responsáveis pelas áreas de operações e financeiras;
- Revisão do modelo de negócios, com reestruturação das companhias, readequação da política salarial com reorganização de cargos e salários;
- Reavaliação de custos com fornecedores e parceiros;
- Otimização e reavaliação de linhas deficitárias;
- Desmobilização de ativos; e
- Revisão de processos nas áreas administrativas e operacionais.

Em 30 de junho de 2023, foi firmada transação tributária individual com objetivo de equacionamento de inscrições em Dívida Ativa da União constituídos em face das empresas do Grupo Reunidas, de forma a equilibrar os interesses das partes, com o encerramento de litígios judiciais e administrativos e a quitação dos débitos. Os pagamentos das parcelas se iniciaram em 2023 e o grupo terá “balões” para pagamento nas respectivas parcelas nº 12, 24, 36, 48 e a partir da 60, o grupo está realizando estudos com o intuito de vender imóveis para honrar com esses “balões”

Nota 2. Resumo das principais políticas contábeis

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional, Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo:

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa “3”.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta de “Encargos financeiros líquidos”.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui caixas e equivalentes de caixa, nessa classificação.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

c) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.



Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contas a receber de clientes, nessa classificação.

d) Passivos financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

e) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores e instituições financeiras.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos/(Perdas) líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*.

A provisão constituída está composta por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento e pela reversão decorrente do recebimento de títulos anteriormente provisionados. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Reversão de Perdas de Títulos Incobráveis" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título.



A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento.

A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos a receber.

2.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.6 Investimentos

Os adiantamentos para futuro aumento de capital, face à intenção da Companhia, são classificados em Investimentos e mensurados ao custo de aquisição.

Os imóveis destinados a valorização de capital e/ou locação são classificados como Propriedades para Investimentos, sendo mensuradas e avaliadas pelo valor justo, conforme laudos de avaliadores independentes.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.



2.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.9 Empréstimos e financiamentos (Instituições financeiras)

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.10 Partes relacionadas

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado.

2.11 Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.12 Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.



As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social.

A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao fisco.

O imposto de renda e a contribuição social passivo diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, incidentes sobre os ajustes ao valor das propriedades para investimentos e/ou incidentes sobre os ajustes de avaliação patrimonial do custo atribuído. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e contribuição social diferido são apresentados líquidos.

O regime tributário da Companhia é o lucro real.



2.14 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

2.15 CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

De acordo com a avaliação da Administração, essa norma trouxe impacto significativo, os quais foram devidamente contabilizados.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Nota 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.



Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Gestão de risco financeiro

4.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de riscos financeiros

As atividades da companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.



Risco de mercado

Risco cambial

A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

Nota 5. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Caixa e bancos	3.197	3.311
	<u>3.197</u>	<u>3.311</u>

Nota 6. Contas a receber de clientes

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Duplicatas a receber	5.250	3.987
Cartão de crédito	285	854
Outros títulos a receber	21	94
(-) Provisão para perdas (a)	(140)	(37)
	<u>5.416</u>	<u>4.898</u>



A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes e créditos por idade de vencimento:

Período	Títulos a vencer em 31/dez./24	Títulos vencidos em 31/dez./24	Total
1 a 30 dias	1.795	2.758	4.553
31 a 60 dias	63	539	602
61 a 90 dias	47	50	97
91 a 120 dias	22	58	80
121 a 180 dias	22	6	28
181 a 360 dias	17	15	32
Mais de 361 dias	24	140	164
Total	1.990	3.566	5.556

Período	Títulos a Vencer em 31/dez./23	Títulos Vencidos em 31/dez./23	Total
1 a 30 dias	1.688	1.662	3.350
31 a 60 dias	393	704	1.097
61 a 90 dias	296	37	333
91 a 120 dias	11	26	37
121 a 180 dias	22	15	37
181 a 360 dias	3	21	24
Mais de 361 dias	42	16	58
Total	2.454	2.481	4.935

A movimentação da provisão para perdas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está assim representada:

Saldos iniciais em 01 janeiro de 2023	(13)
Adições	(24)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(37)
Adições	(103)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(140)

a) Provisão constituída conforme a nota explicativa “2.4”.

A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos a receber.



Nota 7. Adiantamentos a funcionários e fornecedores

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Adiantamentos a funcionários	350	315
Adiantamentos a fornecedores	2.702	4.301
	<u>3.052</u>	<u>4.616</u>

Nota 8. Tributos a Recuperar

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Outros tributos	14	11
IRPJ pago a maior	133	133
ICMS créditos de ativo imobilizado	1.779	2.643
IRRF retido sobre serviços	305	95
	<u>2.231</u>	<u>2.882</u>

Nota 9. Estoques

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Estoque de peças e acessórios	3.921	3.708
Combustíveis	481	333
Lubrificantes	202	161
Pneus e câmaras	121	179
Materiais de expediente	30	19
Outros materiais de almoxarifado	230	262
(-) Provisão para perdas	<u>(1.410)</u>	<u>(502)</u>
	<u>3.575</u>	<u>4.160</u>

Nota 10. Cauções e depósitos

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Causas trabalhistas	83	44
Justiça federal	1.993	993
Depósito caução	1.176	1.176
Bloqueio judicial	206	348
	<u>3.458</u>	<u>2.561</u>



Nota 11. Investimentos e adiantamentos para futuro aumento de capital

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Propriedades p/ investimento	71.166	77.579
Participações em outras empresas	52	52
	<u>71.218</u>	<u>77.631</u>

Propriedades p/Investimentos

A partir de 01 de janeiro de 2011, a Companhia reclassificou R\$ 13.498 da conta Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e R\$ 19.886 da conta Imobilizado para a conta de Propriedades para Investimentos em função da efetiva intenção da administração, passando a adotar o método do valor justo para sua avaliação anual.

Para a adoção do método do valor justo disposto no NBC TG 28 – Propriedades para Investimentos, a Companhia contratou especialistas, que emitiram laudo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A composição dos saldos está assim demonstrada:

Valores contábeis da propriedade p/ investimento	Prédios e benfeitorias	Terrenos	Totais
Saldo inicial em 01 de janeiro 2023	2.321	68.342	70.663
Ajuste ao valor justo, líquido	276	6.640	6.916
Saldo em 31 de dezembro 2023	2.597	74.982	77.579
Ajuste ao valor justo, líquido	(109)	3.772	3.663
Adições	19	7.489	7.508
Baixas	(2.105)	(15.479)	(17.584)
Saldo final em 31 de dezembro 2024	402	70.764	71.166

O ajuste ao valor justo foi reconhecido no resultado da Companhia, na conta de “Outros ganhos/(Perdas) líquidos.

Adiantamentos para futuro aumento de capital

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Ativo não circulante		
Real Transportes e Turismo S.A.	25.502	36.503
	<u>25.502</u>	<u>36.503</u>

Nota 12. Imobilizado

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído “deemed cost”, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, a taxas estabelecidas em função do tempo de fruição dos benefícios econômicos.

A contrapartida do custo atribuído dos bens do imobilizado foram registrados na conta de ajustes de avaliação patrimonial na adoção inicial das normas Internacionais, líquido dos tributos diferidos, os quais registrados no passivo não circulante.

Imobilizado	Taxa (%) depreciação	Custo aquisição	Depreciação acumulada	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
				Valor residual	Valor residual
Terrenos	0%	28.885	0	28.885	28.885
Edificações	5%	8.824	(1.915)	6.909	7.458
Móveis e utensílios	10%	35	(11)	24	24
Máquinas e equipamentos	10%	97	(10)	87	14
Software	20%	10	(10)	0	0
Veículos	20%	51.529	(14.697)	36.832	29.444
Equip. de informática	20%	10	(6)	4	4
Benfeitorias	20%	86	(29)	57	69
Arrendamento de uso (*)	20%	39.000	(13.194)	25.806	19.099
Imobilizado em andamento	0%	6.273	0	6.273	0
		<u>134.749</u>	<u>(29.872)</u>	<u>104.877</u>	<u>84.997</u>

(*) A Companhia reconheceu os efeitos contábeis decorrentes das alterações do CPC 06 – Arrendamento mercantil, passando a contabilizar em seu ativo o direito de uso em contrapartida a obrigação presente em seu passivo.

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Companhia no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024:

Imobilizado	31 de Dezembro de 2023	Aquisições	Baixas	Depreciação	31 de Dezembro de 2024
Terrenos	28.885	0	0	0	28.885
Edificações	7.458	0	0	(549)	6.909
Móveis e Utensílios	24	3	0	(3)	24
Máquinas e Equipamentos	14	76	0	(3)	87
Veículos	29.444	9.989	(348)	(2.253)	36.832
Equip. de Informática	4	6	0	(6)	4
Benfeitorias	69	0	0	(12)	57
Arrendamento de uso	19.099	12.184	0	(5.477)	25.806
Imobilizado em andamento	0	6.273	0	0	6.273
	<u>84.997</u>	<u>28.531</u>	<u>(348)</u>	<u>(8.303)</u>	<u>104.877</u>



Nota 13. Fornecedores

A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante, (com prazo de vencimento em até 12 meses), conforme composição apresentada:

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Fornecedores	11.818	11.474
	<u>11.818</u>	<u>11.474</u>

A seguir estão demonstrados os saldos de fornecedores, registrados no Passivo Circulante, por idade de vencimento:

Período	Títulos a Vencer em 31/dez./24	Títulos Vencidos em 31/dez./24	Total
1 a 30 dias	2.272	5.934	8.206
31 a 60 dias	746	161	907
61 a 90 dias	319	32	351
91 a 120 dias	76	1852	1928
121 a 180 dias	31	7	38
181 a 360 dias	13	340	353
Mais de 361 dias	-	35	35
Total	3.457	8.361	11.818

Período	Títulos a Vencer em 31/dez./23	Títulos Vencidos em 31/dez./23	Total
1 a 30 dias	3.038	2.421	5.459
31 a 60 dias	1.206	33	1.239
61 a 90 dias	724	16	740
91 a 120 dias	534	15	549
121 a 180 dias	459	3	462
181 a 360 dias	1.759	10	1.769
Mais de 361 dias	1.222	34	1.256
Total	8.942	2.532	11.474



Nota 14. Instituições financeiras

		31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	
	Circulante	Não circulante	Total	Ref.
Caruana S.A. Sociedade De Credito	5.186	5.125	3.141	A
Caruana S.A. Sociedade De Credito	3.411	3.839	9.273	B
Banco Sofisa	1.264	1.955	3.210	C
	<u>9.861</u>	<u>10.919</u>	<u>15.624</u>	

As referências alfabéticas ao lado dos valores indicam os comentários mencionados a seguir:

Referência	Modalidade	Garantias	Últ. Vencimento
A	Capital de giro	Duplicatas	Nov./29
B	Fin. Imobilizado	Alienação fiduciária	Set./28
C	Capital de giro	Duplicatas	Dez./28

Nota 15. Obrigações sociais e trabalhistas

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Salários e ordenados a pagar	1.270	887
INSS a recolher	1.262	1.151
FGTS a recolher	1.752	1.532
Demais obrigações	131	85
	<u>4.415</u>	<u>3.655</u>

Nota 16. Obrigações fiscais e tributárias

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
ICMS a pagar	4.020	5.636
COFINS a recolher	913	422
PIS a recolher	198	91
IRRF a recolher	143	128
Demais impostos e retenções	31	33
	<u>5.305</u>	<u>6.310</u>



Nota 17. Parcelamentos de tributos

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Parcelamento COFINS	919	305
Parcelamento PIS	199	66
Parcelamento ICMS	7.141	7.402
Parcelamento Federal especial	2.256	2.615
Parcelamento IRRF	233	82
Parcelamento INSS	2.325	972
Parcelamento ANTT	4.754	4.858
Passivo circulante	<u>17.827</u>	<u>16.300</u>
Parcelamento INSS	6.594	3.458
Parcelamento COFINS	2.782	1.093
Parcelamento PIS	600	236
Parcelamento IRRF	654	280
Parcelamento ICMS	2.081	2.106
Parcelamento Federal Especial	14.419	14.755
Parcelamento CSLL	0	2
Não circulante	<u>27.130</u>	<u>21.930</u>
Total do passivo circulante e não circulante	<u><u>44.957</u></u>	<u><u>38.230</u></u>

Nota 18. Valores arrecadados de terceiros

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Avelino Alvarez Bautista	0	329
Nov@ Linhas Rodoviárias Ltda	239	354
Passivo circulante	<u>239</u>	<u>683</u>
Maria Terezinha C. Souza Caramori	0	338
Army Maria Caramori Coradin	449	570
Passivo não circulante	<u>449</u>	<u>908</u>
Total circulante e não circulante	<u><u>688</u></u>	<u><u>1.591</u></u>



Nota 19. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidos pela Companhia operações com partes relacionadas, tais como contas a receber de negociações comerciais e contratos entre as partes. O demonstrativo abaixo apresenta, discriminado por modalidade tais operações com estas partes relacionadas:

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Reunidas Cargas	62.829	69.660
Reunidas Coletivos	11.110	7.562
Reunidas Turismo	2.946	6.416
Passivo	76.885	83.638
Efeito líquido entre ativo e passivo	76.885	83.638

Contratos

As operações junto às empresas do grupo, relativos a aportes de capital de giro para manutenção das atividades normais das referidas Companhias estão suportadas por contratos, firmados por tempo indeterminado, ficando pré-estabelecido que as devoluções dos recursos transferidos, a título de mútuo, deverão ocorrer quando se fizer necessário ou conveniente, levando em consideração a situação financeira e a necessidade de cada Companhia.

Sobre os referidos contratos incidem juros e encargos sobre o valor do principal.

Nota 20. Provisões para contingências

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante contabilizado de ações com probabilidade de perda provável representa R\$ 4.012 (R\$ 3.159 em 31 de dezembro de 2023), abaixo demonstramos por processos:

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Contingências trabalhistas	399	399
Contingências cíveis	866	328
Agência reguladora	2.747	2.432
	4.012	3.159

As ações classificadas como perdas possíveis, representam R\$ 5.835 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.682 em 31 de dezembro de 2023), para as quais não são requeridos os correspondentes registros contábeis como provisões para contingências, apenas divulgação em nota explicativa



Nota 21. IR e CS Passivo diferido

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
IRPJ passivo diferido (Ajuste de avaliação patrimonial)	185	197
CSLL passivo diferido (Ajuste de avaliação patrimonial)	66	71
IRPJ passivo diferido (Propriedade p/ investimento)	18.691	21.628
CSLL passivo diferido (Propriedade p/ investimento)	6.729	7.786
Passivo não circulante	<u>25.671</u>	<u>29.682</u>

O IR e CS Passivo incidentes sobre a realização do custo atribuído do ativo imobilizado, bem como sobre o reconhecimento do ajuste ao valor justo das propriedades para investimentos são registrados em contrapartida da conta de IR e CS Diferidos, no Resultado do Exercício, representando R\$ 4.011 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 17.258, em 31 de dezembro de 2023).

Nota 22. Patrimônio líquido

Capital social

O Capital social integralizado está dividido em 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal:

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Capital social subscrito	<u>50.500</u>	<u>50.500</u>
	<u>50.500</u>	<u>50.500</u>
	Quantidade de Ações	Participação (%)
Reunidas S.A. Transportes Coletivos	225.000	50,00%
Reunidas Transp. Rodoviária de Cargas S.A.	225.000	50,00%
	<u>450.000</u>	<u>100,00%</u>

Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao “*deemed cost*” do Imobilizado, relativo a adoção inicial ao IFRS, líquido do IR e CS Passivo Diferido.



Nota 23. Receita operacional líquida

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
(+) Receita operacional bruta		
Receita de transporte de passageiros internacional	3.706	2.235
Transporte de cargas	40.782	17.402
Receita de fretamento e turismo internacional	14.546	12.776
Serviços interestadual	47.869	47.732
Serviços intermunicipal	18.905	18.682
Transportes e encomendas	0	0
(-) Deduções		
Impostos e contribuições	(18.759)	(14.390)
Devoluções e abatimentos	(6.169)	(5.957)
	<u>100.880</u>	<u>78.480</u>

Nota 24. Outros ganhos/(Perdas) líquidos

Em 31 de dezembro de 2024, os valores representam (R\$ 4.951) (R\$ 16.805, em 31 de dezembro de 2023) sendo gerados, em sua grande maioria, pelos efeitos de baixas de bens do ativo imobilizado e pelo ajuste ao valor justo sobre os imóveis considerados como propriedades para investimentos.

Nota 25. Receitas e despesas financeiras

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
(+) Receitas financeiras		
Descontos obtidos	21	185
Juros ativos	13	13
Descontos obtidos - Parcelamento especial	48	5.527
Outras Receitas Financeiras	7	1
Total receitas financeiras	<u>89</u>	<u>5.726</u>
(-) Despesas financeiras		
Juros pagos	(8.840)	(9.804)
Despesas bancárias	(439)	(288)
IOF	(191)	(81)
Descontos concedidos	(271)	(585)
Outras despesas financeiras	(615)	(140)
Total despesas financeiras	<u>(10.356)</u>	<u>(10.898)</u>



Nota 26. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Atenciosamente,

VINICIUS
MARINS:0220942790
8

Assinado de forma digital por
VINICIUS MARINS:02209427908
Dados: 2025.04.15 09:56:25
-03'00'

Vinicius Marins
Presidente

ANDREA CARLA RUBERT
SPANHOLO:85426172900

Assinado de forma digital por
ANDREA CARLA RUBERT
SPANHOLO:85426172900
Dados: 2025.04.15 09:56:35 -03'00'

Andréa Carla Rubert Spanholo
Contadora
CRC/SC 026233/O-4